

de factos heterogéneos com as mais diversas colorações, que num dado momento se encontram «arrumados».

2. A análise do fenómeno da delinquência, passa necessariamente pela caracterização adequada de cada indivíduo, tendo em conta a posição do seu grupo social de origem, em relação ao aparelho jurídico-policial. Partindo do princípio de que há uma legitimidade dominante, é inevitável que as diferentes classes sociais não mantenham em relação a ela, a mesma posição. Parece-nos igualmente indispensável analisar os próprios sistema jurídico, policial e de organização das instituições encarregadas da tarefa da «reeducação». Será necessário conhecer a formação dos agentes dessas instituições, o seu papel na hierarquia das mesmas, e a sua mobilidade. Seria interessante saber que conhecimento possuem todos estes agentes especializados, do fenómeno global da delinquência juvenil e que distanciamento crítico conseguem manter na sua relação profissional.

3. Finalmente, parece-nos importante lembrar que o maior ou menor equilíbrio aparente sobre o qual se apresentam as sociedades, assenta numa latência permanente de tensões, que pontualmente se podem transformar em rupturas. É neste contexto que encaramos a emergência do comportamento delinquente, isto é, não como uma perversão exterior ao sistema suposto «equilibrado», mas apenas como uma das suas manifestações, quase diríamos com a sua parte de legitimidade.

MARIA CAROLINA LEITE

Actualidade da Doutrina Social da Igreja

Leitura de um economista *

Os bispos norte-americanos publicaram em Novembro de 1986 uma Carta Pastoral intitulada «*Economic Justice for All: Catholic Social Teaching and the U. S. Economy*». Acompanhava-a uma Mensagem apresentando os principais temas da Carta, ao mesmo tempo convidando os católicos à sua leitura e debate, em ordem a uma intervenção mais consciente na sociedade norte-americana.

Em Portugal, os católicos não deveriam ficar indiferentes ao conteúdo de tal documento, dada a sua importância enquanto contributo para uma actualização da Doutrina Social da Igreja.

Uma leitura atenta da Carta Pastoral impõe-se pela interpelação que faz a todos os cristãos, quer se situem ao nível de simples consumidores, ou como responsáveis das mais altas instâncias do poder político-económico.

De facto, o documento lembra, na linha do Vaticano II, que constitui uma falta grave a separação entre a Fé e as opções do quotidiano, a primeira concretizando-se em actos de culto, a «religião», enquanto «as actividades terrenas» se situariam num

* Este texto compõe-se de uma síntese do extenso documento que é a Carta Pastoral dos Bispos norte-americanos, a que se juntou uma reflexão de enquadramento à luz dos desenvolvimentos mais recentes da Teoria Económica. Assim, ele é também a «leitura de um economista» preocupado com as implicações morais da sua actividade científica.

outro domínio, quando muito regido por vagas normas éticas. Para os cristãos atentos, a actividade económica coloca-nos perante opções que terão de ser confrontadas com os valores do Evangelho, na família, na empresa, nos sindicatos, Administração, ou no Governo.

Em Portugal, e salvo honrosas excepções, os cristãos pouco têm feito ouvir a sua voz nos diversos sectores da actividade económica em que estão presentes, apesar de não faltarem razões. Um exemplo desta atitude é a forma como têm encarado a gestão da economia nacional.

Após um período de crise financeira preocupante, foram ensaiadas algumas políticas de «estabilização» da economia portuguesa, a que se seguiram reformulações tendo em vista o aproveitamento de uma conjuntura internacional mais favorável e os novos recursos financeiros obtidos com a adesão à CEE.

A Igreja portuguesa, pela voz dos seus Bispos, fez notar que, apesar da recente melhoria de alguns indicadores macro-económicos, o desemprego se mantém elevado em determinadas áreas urbano-industriais. No entanto, esta preocupação não pareceu tocar profundamente a Igreja portuguesa. De resto, em Portugal, as opções de política económica apenas têm merecido uma discussão ideológica, nela participando os cristãos distribuídos pelo leque partidário.

Se, por vezes, a discussão pública dos problemas nacionais perde a roupagem ideológica, logo tende a adquirir um carácter técnico», aparentemente neutro no que se refere aos valores cristãos de que se diz imbuída a sociedade portuguesa. Ora a Carta Pastoral dos Bispos norte-americanos lembra-nos que *não há opções neutras do ponto de vista cristão*. Eles insistem na perspectiva de que qualquer política económica — ou qualquer decisão de natureza económica, a qualquer nível — deverá ser sempre confrontada com os princípios da moral cristã.

A sociedade no seu conjunto, através dos cidadãos e das instituições, tem a responsabilidade moral de elevar a dignidade humana e proteger os direitos que lhe estão associados. É à luz destes princípios que as políticas, e as decisões de natureza económica, deverão ser julgadas pelos cristãos, qualquer que seja o quadrante ideológico-partidário que as formule.

A apresentação que de seguida faremos do documento dos Bispos norte-americanos pretende ser um pequeno contributo para a reflexão dos cristãos portugueses.

Num momento em que se prepara o Congresso de Leigos, ele desafia-nos a um estudo fundamentado dos problemas da economia portuguesa e propõe-nos uma avaliação das nossas opções enquanto cristãos.

1. Razões de uma Carta Pastoral sobre a economia dos EUA

«As decisões económicas têm implicações humanas e um conteúdo moral; elas promovem ou prejudicam as pessoas, reforçam a família ou enfraquecem-na, fazem avançar ou recuar a qualidade da justiça no nosso país.» Estas afirmações, que podemos ler no primeiro ponto da Mensagem dos Bispos norte-americanos, apresentam uma ideia central que percorre toda a Carta Pastoral. Neste documento eles pronunciam-se enquanto sucessores dos Apóstolos, proclamando o Evangelho e explicando as suas exigências.

Para tanto, não hesitam em pronunciar-se sobre as instituições, falar do orçamento do Estado, da política alimentar, ou de relações económicas internacionais.

Em tudo isto teremos de procurar a dimensão humana da economia, o sofrimento e as aspirações das pessoas, as humilhações dos pobres e desempregados, dos sem abrigo e com fome, não apenas nos EUA, mas também nos restantes países, e particularmente no chamado Terceiro Mundo.

Lembram que a Igreja Católica é depositária de uma rica tradição de pensamento e acção no que toca à dimensão moral da actividade económica, com fundamentos bíblicos tão antigos como a palavra dos Profetas, tão interpeladores como o Sermão da Montanha e sempre presentes nas intervenções do Papa João Paulo II em defesa da dignidade humana.

Os Bispos norte-americanos não esquecem o contexto socio-cultural em que são chamados a intervir e lembram que, como americanos, também partilham o sonho da «liberdade e justiça para todos» que fez de uma amálgama de emigrantes uma nação poderosa, proporcionando um nível de vida sem precedentes a milhões de pessoas. Contudo, acreditam que a melhor forma de honrar a história dos EUA será trabalhar para que todos os

norte-americanos possam participar deste sucesso. De facto, a realidade com que se defrontam no quotidiano é a de uma economia geradora de profundas desigualdades, originando muito desespero e injustiça, ódio e sofrimento, tanto no país como em todo o mundo.

Interpelados por esta situação, escrevem enquanto Pastores e não como técnicos de economia. Não pretendem defender qualquer princípio ideológico mas colocar em evidência as dimensões humanas e éticas da vida económica, aspectos frequentemente esquecidos na discussão pública.

Com esta tomada de posição os Bispos lançam um apelo à conversão, na medida em que a Carta não pretende apenas que os cristãos (e os homens de boa vontade em geral) modifiquem o seu pensamento, mas constitui um desafio a que os cristãos procurem a santidade no seu quotidiano, *não separando aquilo em que acreditam da forma como agem*.

No início da sua Carta recordam que os EUA realizaram o sonho de liberdade e bem-estar material de milhões de pessoas obtido à custa de muito trabalho, muita criatividade e um grande esforço colectivo. Mas chamam também a atenção para o facto de os sucessos norte-americanos deverem ser invocados com humildade pois foram obtidos à custa de muito sofrimento ao longo da sua história. Por outro lado hoje o enorme progresso no campo da economia e das liberdades públicas não pode fazer esquecer o longo caminho que ainda há a percorrer.

Entre os principais problemas que hoje afectam a população norte-americana salientam o desemprego que andaria entre os 6 a 7% (Agosto de 1985), atingindo uma percentagem anormalmente elevada entre os negros, hispano-americanos, jovens e mulheres sós. Se o desemprego é uma tragédia, qualquer que seja a pessoa atingida, no caso dos EUA ela ainda é agravada por uma desigual e injusta repartição entre as diferentes camadas sociais.

Por outro lado, a pobreza tem vindo a alastrar apesar da imensa riqueza produzida nos EUA. Talvez fiquemos admirados ao tomar conhecimento de que 30 milhões de norte-americanos são pobres e, utilizando um qualquer critério razoável, mais 20 a 30 milhões serão carenciados. «Para um povo que acredita no «progresso», isto deveria ser razão para alarme. (...) Que tanta gente

seja pobre numa nação tão rica como a nossa, é um escândalo social e moral que não podemos ignorar.»

Referem também que muitos trabalhadores e famílias da classe média vivem muito perto do limiar da pobreza. Basta a perda do emprego de um dos cônjuges, uma doença ou um divórcio, e será o suficiente para uma queda, por vezes definitiva, na pobreza. Paralelamente, as despesas do Departamento de Defesa dos EUA andam perto dos 300 milhares de milhões de dólares por ano.

O enorme investimento em criatividade e recursos materiais destinados à guerra torna mais difícil a solução dos problemas económicos, desviando para projectos militares o que poderia favorecer a vida humana. Esta inversão de prioridades tem estimulado os países pobres a adquirir aviões e armas com os recursos escassos de que dispõem, quando lhes faltam alimentos, educação e meios médico-sanitários.

Ao referir estas questões os Bispos norte-americanos pretendem pôr em causa as prioridades da despesa pública do seu país em nome da moral cristã, tendo sempre presente a interdependência da economia dos EUA com a restante economia mundial. De facto, não se trata apenas de fazer a defesa do bem-estar de todos os cidadãos norte-americanos como finalidade única a atingir. Os Bispos lembram que os EUA são o maior fornecedor mundial de bens alimentares, o maior vendedor de armas ao Terceiro Mundo, e uma poderosa influência dentro das instituições multilaterais como o FMI, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas.

Neste quadro, a Carta Pastoral deverá entender-se como um questionar do funcionamento do sistema económico norte-americano, tanto na sua ordem interna como externa, apelando aos cristãos para que se armem com uma «visão moral» destas realidades. Trata-se de formar as consciências dos católicos, e de todos os que não partilham a sua fé ou tradições, exortando-os a estarem atentos às questões de natureza económica e a participarem no debate sobre os caminhos do futuro nos EUA.

2. Uma visão cristã da economia — fundamento bíblico, princípios morais, implicações práticas

2.1. Em última instância, o fundamento de uma perspectiva

cristã da actividade económica reside no valor transcendente, sagrado, do ser humano. «A dignidade da pessoa humana, realizada em comunidade com os outros, é o critério face ao qual todos os aspectos da vida económica têm de ser medidos.» (Mater et Magistra).

Segundo este princípio, todas as instituições económicas deverão contribuir para o reforço dos laços de comunidade e solidariedade que são condição essencial da dignidade das pessoas. Quando tal não acontece, os cristãos têm obrigação de as questionar e transformar.

Esta doutrina da Igreja fundamenta-se, em primeira linha, nos textos bíblicos. Ao mesmo tempo, também é apoiada por uma longa tradição de pensamento teológico e filosófico e recebe contributos da investigação desenvolvida por muitos homens não cristãos.

Alicerçando-se na História da Salvação, e particularmente no Génesis, os Bispos norte-americanos relembram que fomos criados por Deus à sua imagem e semelhança. A teologia da Criação é relembrada com o intuito de nos mostrar que nenhuma dimensão humana cai fora da criação divina e, por isso mesmo, todo o nosso empenhamento na construção do mundo é, por si, uma homenagem ao Criador e uma colaboração na sua obra. Neste sentido, o Homem é chamado a ser o fiel depositário da Criação.

A perspectiva bíblica remete-nos para uma posição de respeito diante de Deus Criador o que implica respeito pela sua criação: a Natureza e a História. Recorda-nos que o Deus dos cristãos é um Deus que, apesar do pecado, veio ao encontro do Homem e estabeleceu com o Povo Eleito uma Aliança. Quando este lhe virava as costas, novamente Deus tomava a iniciativa enviando-lhe profetas. A mensagem profética é um alerta para que o Povo Eleito retome os caminhos da Justiça e do Amor.

Deus é apresentado como o Deus da Justiça e, em termos bíblicos, a justiça de uma comunidade é avaliada pelo forma como trata os desprotegidos, frequentemente identificados com as viúvas, os órfãos, os pobres, os estrangeiros (não-Israelitas).

Esta leitura bíblica constitui mais um fundamento da análise dos Bispos sobre a justiça económica. O Deus criador, que estabeleceu com o seu Povo Eleito uma Aliança, ainda hoje ouve

gritos de oprimidos e continua a convocar comunidades dispostas a acolher a sua palavra.

Mas a relação de Deus com o Homem foi muito mais longe. Jesus Cristo entra na História para anunciar um Reino de Amor e Justiça. Ao longo da sua pregação resiste às tentações do poder e do prestígio e previne-nos de que nada valem os «tesouros da terra». A parábola do bom samaritano, que se enche de compaixão e presta ajuda ao homem ferido, é uma ilustração perfeita da mensagem de Jesus Cristo.

Mas, na sua pregação, Jesus Cristo propõe ainda uma outra imagem, a do último julgamento. Nesse dia, os povos serão julgados, sendo uns admitidos no Reino de Deus enquanto outros serão mandados para o castigo eterno. Os que alimentaram os famintos, deram água aos sedentos, vestiram os nus, visitaram os doentes ou os presos, serão acolhidos no seu Reino, enquanto os que não praticaram estas obras serão condenados.

Contudo, o que verdadeiramente causou admiração não foi o critério da prática da caridade para com o próximo. Surpreendente para os condenados foi o facto de ficarem a saber que, quando rejeitavam os pobres ou os oprimidos, era o próprio Jesus Cristo que rejeitavam. *Rejeitá-lo é rejeitar Deus incarnado na História.*

No entanto, a Carta Pastoral lembra que a preferência de Jesus pelos pobres não significa o abençoar da situação de pobreza. Significa, antes de mais, o reconhecimento da sua abertura ao transcendente. Quando diz aos discípulos que deixem tudo e o sigam, chama-os a uma opção radical pelo Pai, o que lhes proporcionará uma despreocupação libertadora.

Mais tarde, a Igreja primitiva admite os perigos da riqueza. Prefere, contudo, utilizá-la no auxílio aos necessitados em vez de propor o despojamento total dos crentes.

Não é apenas na Bíblia, ou no exemplo da Igreja Apostólica, que os Bispos fundamentam a sua reflexão sobre a economia dos EUA. Também se apoiam na rica tradição da Igreja ao longo dos séculos. Desde os Padres da Igreja, passando pela acção dos mosteiros na Idade Média, até às Encíclicas Papais, a Igreja foi lançando instituições de assistência aos desprotegidos ou doentes, que concretizavam a sua opção pelos pobres.

Finalmente, e ainda no quadro da inspiração fundamental

da sua Carta, os Bispos não esquecem o contributo da tradição protestante no que toca à vocação dos leigos na sociedade e lembram os esforços ecuménicos na elaboração de uma ética económica que dê resposta aos problemas de hoje.

2.2. Após uma detalhada exposição da doutrina cristã como fundamento da sua reflexão, os Bispos sistematizam algumas normas éticas que permitam congregar cristãos (e não cristãos) numa mesma atitude de respeito pela dignidade de cada ser humano. Neste sentido, sugerem algumas orientações práticas que se consubstanciam em deveres e direitos de todo o cidadão.

Em primeiro lugar, definem algumas exigências da vida em sociedade. Entre elas, o amor ao próximo que deve traduzir-se em gestos de solidariedade. O Homem, como «animal social», está destinado a viver em comunidade, a ter uma «vida pública». Isto significa que o ser humano só se realiza em interacção com os demais e nunca no isolamento. O pensamento cristão acolhe esta realidade e vai mais longe ao dizer que o nosso destino final é a realização, em plenitude e felicidade, de uma verdadeira comunidade, dos homens entre si e com Deus.

Em segundo lugar, a noção bíblica de Justiça é concretizada através de normas práticas que garantam um mínimo de equidade nas relações entre os homens. Assumindo a reflexão filosófica já adquirida nesta matéria, definem três princípios de justiça a respeitar: comutativa, distributiva e social.

A *justiça comutativa* exige lealdade em todos os contratos e trocas entre indivíduos ou grupos sociais. Como exemplo, referem que este princípio deveria estar presente nas relações de trabalho. O trabalhador deve ao seu patrão o cumprimento diligente das funções em troca do salário. Por seu turno o patrão deverá tratar os empregados como pessoas, pagando-lhes um salário justo e concedendo condições de trabalho dignas.

Quanto à *justiça distributiva*, esta impõe que o rendimento, a riqueza e o poder sejam avaliados à luz dos efeitos sobre as pessoas que ainda não tenham satisfeito as suas necessidades básicas. É uma exigência da dignidade humana que a comunidade satisfaça essas necessidades básicas, a menos que se esteja perante uma situação de escassez absoluta de recursos, o que não é propriamente o caso dos EUA.

A *justiça social*, por seu turno, implica a participação produtiva de todas as pessoas na vida social, assim como exige que a sociedade forneça os meios para tal participação. Por isso mesmo também é designada por justiça «contributiva» na medida em que coloca a ênfase no dever de cada um em contribuir, de acordo com as suas capacidades, para o bem-estar de toda a comunidade.

«O significado de justiça social também inclui o dever de organizar as instituições económicas e sociais de modo a que as pessoas possam servir a sociedade segundo formas que respeitem a liberdade e dignidade do seu labor. O trabalho deveria permitir ao trabalhador tornar-se mais «ser humano», mais apto a actuar inteligentemente, em liberdade, segundo formas que conduzam à sua auto-realização.»

Tudo isto significa que teremos de reexaminar os nossos estilos de vida à luz das necessidades dos pobres. A Fé cristã e as normas da justiça impõem claros limites ao que consumimos e exigem uma nova atitude face aos bens materiais. A este respeito referem que os elevados níveis de bem-estar material nos EUA acabam por ocultar a muita gente a pobreza que também aí existe e a miséria de centenas de milhões de pessoas noutras áreas do mundo.

Em terceiro lugar, vencer a marginalização é também um dever intrínseco da vida em sociedade. Um entendimento básico da justiça implica o estabelecimento de níveis mínimos da participação na vida da comunidade para todas as pessoas.

Como dizem os Bispos, a maior injustiça para uma pessoa ou grupo social consiste em ser tratado (ou, por omissão, ser abandonado) como se não fizesse parte da raça humana. Esta exclusão pode verificar-se a vários níveis: ao nível político, pela restrição de liberdades; ao nível económico, em situações de pobreza induzidas por mecanismos económicos não controláveis pelos que lhes sofrem as piores consequências.

Estas formas de exclusão não são o resultado de forças cegas, não derivam de um sistema económico incontrolável. Pelo contrário, elas são resultado de um sistema que foi criado por seres humanos livres. Neste sentido, devem ser consideradas formas de *pecado social*. Pactuar com elas, ou não as corrigir quando tal é possível, é uma falta aos deveres cristãos.

Finalmente, como condição e reflexo de uma maior responsabilidade na vida em sociedade, os Bispos norte-americanos relembram a necessidade de que sejam respeitados os Direitos Humanos referidos na Declaração Universal da Organização das Nações Unidas e sistematicamente enunciados por João XXIII na Encíclica «Pacem in Terris». Estes direitos da pessoa humana — tanto civis como políticos, económicos ou sociais — fixam às instituições as condições mínimas para que respeitem a dignidade humana, a solidariedade social e a justiça. São fundamentais para que se realize o desenvolvimento integral do indivíduo e da sociedade.

Nesta matéria ainda há progressos a realizar, embora a construção de um sistema democrático nos EUA tenha permitido aquisições históricas notáveis. Porém, os Bispos norte-americanos consideram que se torna necessário um diálogo nacional sobre a matéria, particularmente no que toca aos direitos económicos.

Admitem que haverá matéria para posições divergentes sobre como proteger a dignidade humana e os direitos económicos dos cidadãos. Mas, segundo eles, não pode haver discordância legítima sobre os objectivos morais básicos.

Enfim, como corolário de uma reflexão bíblica e apoiando-se em princípios éticos, os Bispos enunciam *algumas prioridades morais para a nação norte-americana*:

- a) satisfação das necessidades básicas dos pobres, como principal prioridade;
- b) melhoria da participação activa na vida económica daqueles que actualmente estão excluídos ou são vulneráveis;
- c) o investimento em recursos, talento e energia humana deveriam ser especialmente dirigidos à melhoria da situação dos pobres e dos economicamente frágeis;
- d) as políticas económicas e sociais, assim como a organização do mundo do trabalho deveriam ser continuamente avaliadas em função do seu impacto sobre o reforço e estabilidade da vida familiar.

Estas prioridades não constituem políticas, mas simplesmente normas que deveriam orientar as opções económicas de todos e moldar as nossas instituições.

Certamente que haverá pontos de vista diferentes sobre a sua aplicação concreta no mundo complexo de hoje. Não se pretende dar por concluído o debate mas, pensam os Bispos, é urgente caminhar-se na direcção indicada.

2.3. Partindo da ideia de que o futuro será aquilo que as pessoas quiserem e de que o sistema económico não é uma máquina que funciona segundo leis próprias, independentes da vontade dos homens, a Carta Pastoral preocupa-se em clarificar as implicações práticas da sua reflexão moral.

Antes de mais, é realçado o significado moral do trabalho enquanto forma de auto-realização, enquanto meio normal de satisfação das necessidades materiais e enquanto contributo para o bem-estar da colectividade. Estes aspectos deveriam estar presentes no trabalho de cada um, qualquer que seja o seu papel na economia.

Deveriam também inspirar a actuação de inúmeras instituições: famílias, cidades, pequenas empresas, grandes firmas, confederações patronais, administração pública aos vários níveis, organizações internacionais, associações de todos os tipos, incluindo as comunidades de crentes.

Sem pretender ser exaustivos, os Bispos norte-americanos procuram anunciar os direitos e deveres de pessoas e instituições com responsabilidade da concretização das prioridades morais anteriormente enunciadas.

Para isso, seleccionaram como relevantes: *os trabalhadores e respectivos sindicatos, os proprietários e empresários, os cidadãos e o Governo*.

- a) Quanto ao mundo do trabalho, salientam que numa economia de mercado livre nem sempre existe uma distribuição equilibrada de poderes. Por vezes sucede que o patronato se apresenta no mercado do trabalho com maior poder negocial que o dos trabalhadores. Nestas circunstâncias, tal desequilíbrio pode conduzir a opções inaceitáveis (do tipo «salário injusto» ou «nenhum salário»).

Por outro lado relembram que a justiça exige que os salários e outras regalias sejam suficientes para o sustento digno da família, implicando também a assis-

tência médica, reforma, férias e protecção contra o despedimento arbitrário.

Tudo isto é consequência de uma atitude de respeito através da qual o trabalhador é tratado como pessoa e não como simples «factor produtivo».

Mas além dos direitos, relembram também os deveres. Os trabalhadores têm obrigações a cumprir para com os seus empregadores, e os sindicatos para com a sociedade no seu conjunto. Assim, o poder negocial dos sindicatos deve ser utilizado no sentido da melhoria do bem-estar das colectividades, devendo evitar as reivindicações que ponham em causa o bem-comum e os direitos dos mais desprotegidos. Em todo o caso, sendo os salários apenas um dos factores que afectam a competitividade das empresas, lembram os Bispos que é injusto pedir aos trabalhadores e sindicatos sacrifícios quando os empresários e accionistas não se encontram disponíveis para sacrifícios idênticos.

Por outro lado, chamam também a atenção para o facto de o sindicalismo dos nossos dias já não poder subsistir apenas como meio de pressão para aumentos salariais. Face à crise de muitas actividades produtivas que nos EUA sofrem a concorrência de produtos similares provenientes dos Novos Países Industrializados, os sindicatos terão de encarar novos objectivos como sejam os da organização de reciclagens, ou encaminhamento dos filiados para novas profissões, assegurando a sua formação. É nesta linha que se situa a Carta Pastoral, quando diz que um movimento sindical vivo será aquele que olha para o futuro com um profundo sentido da interdependência global, dentro das fronteiras e a nível internacional.

- b) A liberdade empresarial é defendida na Carta Pastoral enquanto factor de iniciativas que conduzam a uma sociedade mais justa.

Ao nível da gestão, os empresários são confrontados com decisões a tomar que afectam o bem-estar de muitas famílias. Como exemplo, referem a preocupação excessiva com lucros a curto prazo, acompanhada de

não reinvestimento em inovações tecnológicas o que pode comprometer o futuro das empresas, pondo em causa muitos postos de trabalho e, por vezes, toda uma comunidade local.

Por outro lado, os lucros obtidos à custa da degradação do ambiente constituem uma apropriação indevida de recursos naturais, sem respeito pela sociedade a quem estão confiados.

A propriedade privada dos meios de produção foi sempre defendida pela Doutrina Social da Igreja. Neste documento é particularmente apreciada a generalização da propriedade de pequenas e médias empresas como contraponto eficiente à concentração excessiva do poder político e económico, simultaneamente alargando a criatividade e iniciativas sociais.

Mas também se reconhece no documento que, por vezes, o direito à propriedade terá de ser limitado pela participação do Estado no planeamento ou na propriedade de certos sectores da economia. Por outras palavras, o apoio à propriedade privada não significa que qualquer pessoa tenha o direito à acumulação ilimitada de riqueza. «A propriedade privada não constitui para ninguém um direito absoluto e incondicional. Ninguém tem o direito de guardar para seu uso exclusivo o que não lhe faz falta, quando outros passam necessidades». (Populorum Progressio)

Em suma, os Bispos norte-americanos não assumem qualquer compromisso com os tradicionais paradigmas ideológico-políticos. É num outro plano que se situam, fazendo apelo a uma experimentação que ultrapassa os tradicionais modelos de organização social.

3. Política Económica e experimentação social nos EUA.

Uma perspectiva moral da economia ocupou a Carta Pastoral ao longo do segundo capítulo. Formularam algumas normas gerais com o intuito de que todos os cristãos (ou não crentes preocupados com o Homem) pudessem avaliar:

- em que medida a participação de cada um na actividade económica serve a dignidade humana;

— em que medida a participação de cada um na actividade económica permitem concretizar (ou pelo contrário, comprometem) esta perspectiva moral.

Como quadro global desta avaliação, os Bispos situam a Doutrina Social da Igreja face a duas grandes opções em matéria de política económica.

Para alguns, uma economia de livre iniciativa, concorrencial, em que proprietários, trabalhadores e consumidores procuram satisfazer os seus interesses específicos, é aquela que permite os melhores índices de bem-estar e equidade, e a maior liberdade de opções. Deste modelo decorre uma opção de política económica que defende a menor intervenção possível por parte do Estado. Dada a fragilidade dos múltiplos equilíbrios em jogo, qualquer intervenção correctora tendente a melhorar o sistema conduziria a efeitos perversos.

Outros, pelo contrário, partilham a concepção de que o sistema capitalista é por natureza injusto e contradiatório com as exigências da moral cristã porque, na essência, baseado no afrontamento de interesses, na competição, no consumismo e no individualismo. Sendo um sistema iníquo por natureza, deveria ser radicalmente eliminado e substituído por outro que terminasse com a propriedade privada, a motivação do lucro e as leis do mercado.

A Doutrina Social da Igreja não se reconhece em nenhum destes paradigmas tradicionais da Economia e, pelo contrário, previne que tanto um como outro têm conduzido a resultados contrários aos princípios de dignidade humana e de justiça social que defende.

A perspectiva da Igreja, segundo a Carta Pastoral, é uma perspectiva reformista. A Igreja esforça-se por contribuir para a melhoria do sistema em que está inserida, nos mais diversos contextos económico-políticos. Pretende encorajar todas as reformas que contribuam para uma aproximação global da perspectiva cristã, sem com isso se comprometer com qualquer sistema, existente ou a criar.

3.1. No terceiro capítulo os Bispos pronunciaram-se sobre um conjunto de aspectos da Política Económica dos EUA que,

pelas suas implicações, merecem uma análise concreta à luz dos princípios morais enunciados.

Embora levantem questões que se prendem com as características mais gerais do sistema económico, os Bispos optaram por desenvolver quatro temas: emprego, pobreza, alimentação e agricultura, papel dos EUA na economia mundial.

Para não nos alongarmos excessivamente deixaremos de lado o tema da alimentação e agricultura, procurando, quanto aos restantes, tocar apenas nos aspectos essenciais do documento.

Em matéria de Emprego a situação nos EUA é considerada grave e os Bispos chamam a atenção para o facto de as estatísticas oficiais não incluírem os que desistiram de procurar emprego e os que trabalham em part-time mas pretendem trabalhar em full-time. Com um critério alargado como este, cerca de 1/8 da actual força de trabalho está directamente afectada pelo desemprego.

Ora, na perspectiva cristã, o pleno emprego deveria ser a mais urgente prioridade da política económica dos nossos dias, o que de facto não se verifica. Embora nominalmente ele esteja inscrito nos programas de governo, não se observa qualquer vontade política para o alcançar. Não se ignoram as dificuldades para atingir um objectivo tão ambicioso. Se todos os esforços estivessem a ser feitos nesse sentido, poder-se-ia dizer que a presente situação é a melhor possível. Contudo, os Bispos consideram que o país pode fazer muito mais.

Face à gravidade da situação, propõem uma estratégia segundo três vectores: coordenação das políticas macroeconómicas federais com o objectivo explícito de favorecerem o pleno-emprego; execução de programas específicos de criação de emprego.

O primeiro vector dirige-se à intervenção de âmbito Federal no domínio das políticas fiscais e monetárias tendo em vista a obtenção de um crescimento estável que conduza a criação de empregos. Não ignoram os riscos inflacionistas que decorrem desta opção mas, de acordo com a Carta Pastoral, a solução a encontrar não poderá ser a do abandono do objectivo pleno-emprego mas a de um equilíbrio entre objectivos que se apoie numa política global anti-inflacionista.

O segundo vector dirige-se aos programas educativos e de formação profissional que prepararem os trabalhadores para as mutações tecnológicas em curso e lhes confirmem uma maior flexibilidade/mobilidade no trabalho. Estes esforços seriam complementados com programas de criação de novos empregos em sectores socialmente úteis que não se limitassem a transferir o desemprego de um sector da população para outro. As novas estratégias propostas vão no sentido de uma maior partilha do trabalho, redução do período de trabalho semanal, ou limitações do trabalho extraordinário. A crença na dignidade do homem e no seu direito ao trabalho é o motor destas recomendações sobre o emprego, estimulando o empenhamento de toda a sociedade na procura de novos e mais criativos caminhos para a resolução do problema.

Quanto à Pobreza, os Bispos declaram não se tratar de um problema que afecte um pequeno número de pessoas, anónimos e marginais, no seio das grandes cidades. Nem sequer está circunscrito a uma sub-classe ou a grupos específicos da sociedade norte-americana.

Pelo contrário, é uma situação experimentada por muitas pessoas em diferentes momentos da sua vida e em diversas circunstâncias. Muitos são gente que trabalha, mas os seus salários são tão baixos que não lhes permitem deixar a situação de pobreza em que vivem. Outros estão incapacitados de trabalhar e são completamente dependentes. Ainda outros, embora não se encontrando no fundo da escala, vivem muito perto dos limiares de pobreza e em permanente risco de nela caírem.

Entre os mais atingidos figuram as crianças, *sendo pobre uma em cada quatro crianças com idade inferior a 6 anos, e uma em duas, se forem negras.*

O problema é particularmente grave entre as famílias apenas sustentadas pela mãe, em que mais de metade das crianças vive em estado de pobreza. Os sistemas de segurança não cobrem todas as situações e os Bispos declaram que muitas famílias pobres com crianças não recebem assistência social. Ao mesmo tempo, as taxas de pobreza registada no grupo das mulheres e das minorias raciais são elevadas. O quadro poderá ser reforçado com alguns números reveladores: entre as famílias mais ricas, os primeiros 10% são detentores de 57% da riqueza nacional,

enquanto os 40% mais pobres recebem 15,7% do Rendimento Nacional.

Face a esta situação, os Bispos não pretendem concluir que se deve chegar a uma igualdade absoluta na distribuição do rendimento. Algum grau de desigualdade será inevitável, e até desejável, por razões económicas e sociais tais como a necessidade que existam incentivos ou que haja prémios para os que enfrentam maiores riscos ou responsabilidades.

Contudo, observadas à luz dos princípios morais anteriormente desenvolvidos, as desigualdades existentes não são admissíveis enquanto houver pobres com fome e sem abrigo na sociedade norte-americana, além de que tal situação não favorece a solidariedade social e comunitária, de acordo com as orientações morais propostas.

Em todo o documento está presente uma atitude de não ficar pelo assistencialismo, mas de promoção — de entreaajuda nos pobres através de pequenos programas à escala, local. Todos os esforços destinados a fazê-los participar na propriedade, ou no controlo de recursos económicos, são tidos como muito importantes.

Finalmente, no domínio das relações entre a economia dos EUA e o resto do mundo, a atenção dos Bispos incide particularmente nas relações com os países mais pobres.

Antes de mais, fazem notar a enorme complexidade das relações económicas internacionais num mundo de grandes interdependências. Os actores económicos são os Estados, as transnacionais, as agências multilaterais, as organizações económicas internacionais, todos eles produzindo interacções que constituem o pano de fundo de políticas cujos efeitos tendem, ou a reforçar verdadeiras interdependências, ou a agravar a situação dos mais fracos. Nesta matéria, a perspectiva cristã considera urgente o diálogo Norte-Sul tendo em vista chegar a relações mais equitativas no âmbito da economia mundial.

Assim, os Bispos clamam por uma mudança radical na orientação da política externa norte-americana. Defendem um papel activo para os EUA na condução do diálogo Norte-Sul, acompanhado de uma ajuda eficaz para a redução da pobreza no Terceiro Mundo. O seu lugar, como nação rica e poderosa, é o de líder na ajuda internacional, uma ajuda que não seja de natureza

militar e contribua decisivamente para o reforço financeiro das agências internacionais de desenvolvimento.

A intervenção da EUA deveria concretizar-se na procura de soluções mais justas no âmbito das trocas comerciais, por forma a permitir uma melhoria das receitas dos países pobres, exportadores de matérias-primas.

No domínio financeiro, os Bispos chamam a atenção para o papel desempenhado pelo Banco Mundial e o FMI. Quanto à actuação deste último, realçam a sua preponderância na formulação de políticas de estabilização que acabam por penalizar fortemente os mais desfavorecidos dos países que a ele recorrem. Sugerem que as situações de emergência sejam tratadas por outras vias, desde o reescalonamento de dívidas até ao perdão das mesmas. Por outro lado, entre as condições exigidas pelo FMI, fazem notar que não deveriam figurar medidas cujo impacto penalize maioritariamente os pobres do país em dificuldade.

A questão da alimentação e da fome no mundo é também lembrada. O ataque ao problema da fome deve integrar-se numa estratégia global de ataque à pobreza no mundo.

A resolução deste problema não pode ser conseguida a curto prazo, mas a urgência do problema impõe às nações exportadoras de bens alimentares uma ajuda de emergência que não traga efeitos nocivos à produção local de bens alimentares.

Não poderá haver solução para o problema da fome sem a participação dos EUA num esforço multilateral de ajuda acompanhado de um programa de longo prazo que desenvolva a produção dos países com déficit alimentar. Estes programas terão necessariamente de ser apoiados por políticas demográficas que se integram numa estratégia global de desenvolvimento, evitando o uso de meios coercivos e respeitando a liberdade da concepção.

Como remate desta incursão dos terrenos da Política Económica, a Carta Pastoral reconhece o carácter polémico de algumas soluções apresentadas e reafirma que as dificuldades resultantes de alguns «trade-offs» não devem constituir desculpa para não procurarmos construir uma economia mais justa.

3.2. Nos quarto e quinto capítulos, a Carta Pastoral vai ainda mais longe ao procurar esquematizar em traços gerais um

novo modelo de relações sociais que concretize os princípios da moral cristã e torne viáveis as reformas preconizadas.

Nessa proposta incluem a própria Igreja Católica norte-americana enquanto instituição com influência social, e enquanto actor com dimensão económica através dos recursos que movimenta.

Neste sentido, a Carta Pastoral enumera diversas áreas em que a participação dos diferentes grupos sociais deve ser aprofundada.

Essas áreas de «inovação social» são as da cooperação ao nível da empresa, da cooperação local e regional, da participação na elaboração da política económica nacional e na cooperação ao nível internacional.

Em todos estes domínios propõem os Bispos norte-americanos uma experimentação social que torne viável o enorme esforço de reconversão que propõem.

No quadro da empresa encorajam novas formas de participação na gestão e mesmo o acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, quer sob a forma de aquisição de acções, quer sob a forma da propriedade cooperativa. Reconhecendo a natureza conflitual das relações de trabalho, relembram que *esta nova forma de estar na empresa deve ser recíproca e baseada na criatividade, na repartição equitativa dos sacrifícios e na boa-vontade de todas as partes.*

Ao nível local e regional, reconhece-se o papel motor do desenvolvimento que podem ter as *acções de cooperação entre os diversos actores* com o intuito de atrair novas actividades para as áreas deprimidas, valorizar recursos subaproveitados, conservar as infraestruturas colectivas ou socorrer os mais necessitados. A ruptura com situações de depressão socio-económica local envolve um esforço colectivo em que a própria Igreja pode desempenhar um papel decisivo, quer no levantamento de carências, quer no fornecimento de uma mediação entre grupos locais que, de outra forma, poderiam antagonizar-se.

Ao nível nacional, a sugestão de novas formas de participação dos cidadãos tenta contornar o apaixonado debate sobre o papel da intervenção do Estado na economia. Segundo os Bispos, os desafios actuais devem conduzir-nos a *novas formas de cooperação entre o Estado e os cidadãos* que ajudem cada um

desempenhar o melhor possível as suas funções. Assim, relembram a recomendação de João Paulo II para que as sociedades realizem um planeamento global na esfera económica. Conscientes das reacções que tal proposta pode desencadear na sociedade norte-americana, os Bispos esclarecem que «uma coordenação justa e racional» da actuação dos diferentes actores económicos é uma chamada à criatividade na procura de novas formas de participação nas políticas nacionais. Para tornar mais claro o seu pensamento, mencionam a existência na economia americana de várias situações em que o planeamento já é aplicado. Desde o orçamento familiar, passando pelos sindicatos, até às cidades e regiões, os Estados, o próprio Congresso, em todos estes níveis se aplica uma qualquer forma de planeamento.

Segundo os Bispos, trata-se agora de obter uma aceitável coordenação entre diferentes níveis da administração pública para que se obtenha uma maior justiça. Para que tal suceda, fazem algumas recomendações:

- maior cooperação entre as diversas áreas da sociedade (incluindo o Governo) na formulação das políticas económicas;
- o impacto das políticas económicas sobre os pobres deverá ser o principal critério para a sua avaliação moral;
- deve ser eliminada a grave distorção nas prioridades nacionais introduzidas pelas despesas excessivas em defesa.

Reconhecendo que as propostas gerais, os Bispos justificam a sua participação no grande debate sobre as prioridades nacionais como uma exigência da sua preocupação com o bem-comum e os princípios da moral cristã. A procura de novos caminhos para a justiça económica, dentro do país e nas relações internacionais, enfrentará seguramente grandes dificuldades. A forma como os EUA responderam a este desafio determinará o seu lugar no quadro da comunidade económica mundial.

4. A procura de novos paradigmas: uma leitura da Carta Pastoral do ponto de vista da Economia.

O extenso e profundo documento dos Bispos dos EUA sobre a Doutrina Social da Igreja, no contexto da economia americana,

não deixou de nos suscitar algumas reflexões que procuraremos transmitir de seguida.

Ao relembrarmos as opções fundamentais da Doutrina Social não podemos deixar de recordar o fogo cruzado a que esteve sujeita durante décadas, combatida quer pelos que a consideravam excessivamente conservadora e claramente comprometida com o sistema capitalista, quer pelos que a temiam por fazer demasiadas concessões ao mundo do trabalho.

Afinal, foi preciso esperar pelos anos 80, e mergulhar numa crise económica suficientemente duradoura e profunda para reconhecermos as *notáveis convergências do pensamento católico com a reflexão actual das Ciências Sociais*, e particularmente da Economia.

De facto, a Doutrina Social da Igreja, desde Leão XIII a João Paulo II, não é um discurso moralista, velho e ultrapassado. Bem pelo contrário, aplicada aos problemas das sociedades contemporâneas, revela uma enorme actualidade, sendo mesmo reforçada pelos contributos de muitos pensadores não cristãos que procuram novos caminhos para a Humanidade.

Por esta razão, pareceu-nos importante explicitar algumas dessas convergências, por forma a que constituam pontos-fortes no diálogo que a Igreja deve manter com o mundo das Ciências. Assim, optamos por não discutir cada uma das propostas de Política Económica da Carta Pastoral formuladas para uma realidade profundamente diferente da nossa.

Antes de mais, abordaremos a questão do sistema económico. Durante muito tempo (e ainda hoje para muitos) a posição da Igreja, ao condenar quer o socialismo «estatizante» quer o capitalismo «selvagem», não passava de uma posição ambígua evitando tomar partido face aos grandes afrontamentos que marcaram a história do século XX. Cada um dos sistemas de organização social apresentava o seu bloco doutrinário, frequentemente vestido de roupagem pretensamente científica para ganhar credibilidade. O afrontamento foi tão violento que durante muito tempo parecia não haver lugar para posições alternativas.

O conjunto das Ciências participou, como não podia deixar de ser, neste afrontamento de ideias que se corporizou nalguns paradigmas científicos com reflexos importantes na própria Ciência Económica.

Assim, as leis da mecânica de Newton constituíram durante muito tempo uma fonte de inspiração para os economistas na construção dos seus modelos explicativos. As primeiras abordagens matemáticas dos fenómenos económicos imitaram as leis de funcionamento das máquinas simples, as mesmas que Newton formulou para o movimento dos astros. Estas leis caracterizam-se por uma conservação da energia ao longo das suas transformações, sempre reversíveis.

A analogia entre as leis da física Newtoniana e a economia processou-se em torno dos modelos de equilíbrio e da noção de mercado de concorrência perfeita. Tal como dizia Walras «o mundo pode ser considerado como um vasto mercado geral (...). Supor-se-á sempre um mercado perfeitamente organizado sob relações de concorrência como, em mecânica pura, admitimos máquinas sem fricção».

O modelo de Equilíbrio Geral, inspirador de toda a corrente neo-clássica, não seria mais do que a ordem cósmica resultante da atracção universal, transposta para a Economia (PASSET).

Esta concepção do funcionamento dos sistemas económicos apoia-se numa ideia-chave: a conjugação dos interesses individuais desemboca automaticamente no equilíbrio geral. Cada indivíduo encontra-se em harmonia com o todo, numa relação de interdependência, sujeitando-se a leis (preços) que não pode modificar.

Tratando-se de uma ciência que alicerçou as suas análises numa concepção mecânica do tempo, não é de estranhar que a economia tenha sido encarada como uma espécie de «física social» que reduziu o homem a uma partícula — «homo oeconomicus» — sem conteúdo real, adaptando-se passivamente a forças que fazem convergir o sistema para o equilíbrio, convencionado este como solução óptima na afectação dos recursos.

É este paradigma que está por trás do modelo de economia liberal e que, em termos de política é uma intervenção mínima do Estado na esfera económica.

No entanto, a moderna reflexão teórica põe em causa esta concepção, nomeadamente chamando a atenção para alguns aspectos essenciais:

o homem não é um agente económico que se comporta passivamente, adaptando-se a tudo. Ele é um «actor», isto é, um sistema aberto que recebe influências do seu

ambiente natural/social, assim como o modifica em seu proveito;

- as relações entre os actores económicos, diferentes e em situação desigual, são sempre ambíguas. Envolvem simultaneamente o conflito e a cooperação. Daí que as relações económicas tenham sempre uma dupla face: troca de utilidades e relações de força; quando os «agentes» são encarados como «actores», deixa de ser a procura do máximo lucro o princípio explicativo de todos os comportamentos económicos e passa a admitir-se que, como qualquer ser vivo, o princípio explicativo geral (envolvendo outras motivações específicas) é o «desejo de expansão». De facto, são motivações multidimensionais que movem os actores económicos e o seu comportamento só pode ser entendido num pano de fundo de competição social.

Esta abordagem dos fundamentos do modelo liberal permite-nos compreender melhor a Doutrina Social da Igreja face à própria Ciência Económica.

De facto, a atitude de rejeição do liberalismo, na sua versão extrema, radica justamente numa concepção do homem-actor do seu destino, que encontra um evidente acolhimento na mais recente crítica das teorias neo-clássicas.

Por seu turno, a abordagem marxista da Economia também não ignorou a Ciência do seu tempo. Os desenvolvimentos da «termodinâmica de equilíbrio», contemporâneos de Marx, contribuíram para um movimento de ultrapassagem do universo determinista de Newton.

Segundo a termodinâmica clássica (Carnot, Clausius e Boltzmann), os sistemas consomem matérias de que retiram a energia vital, ao mesmo tempo que degradam e esgotam a energia que os anima. A transformação do calor em movimento é assim possível, mas com custos irreversíveis que conduzem o sistema para a desorganização. Este estado final é uma situação estável na medida em que já não subsistem diferenças de potencial que permitam produzir qualquer movimento (máxima entropia).

Esta teoria da Física inspirou certamente o pensamento marxista sobre a progressão do capitalismo até à sua destruição

final. Seguir-se-ia o comunismo, estágio final sem movimentações sociais, a partir do qual nada de novo se previa.

Trata-se de uma concepção do «tempo» diferente da que preside ao pensamento neo-clássico, partilhando contudo do seu determinismo. Se para Marx o tempo é portador de acontecimentos (História) e, como tal, irreversível, simultaneamente é um tempo orientado, *dirigindo-se a um estágio previamente conhecido* e, por isso mesmo, também marcado pelo determinismo.

Em última análise, o pensamento marxista vê a economia capitalista como um universo que evolui à custa do conflito (a luta de classes) e que tende inevitavelmente para a desestruturação final.

Embora com características bem diferentes, os dois modelos que descrevemos acabam por partilhar de uma mesma natureza: não comportam mecanismos que expliquem o aparecimento do «novo», da organização criadora.

Se os paradigmas tradicionais da Economia não são capazes de reconciliar o homem — actor de escolhas económicas, sujeito da sua história — com os seus modelos teóricos, é porque a lógica que a eles preside é uma lógica reducionista em que o homem é visto como um «agente económico racional» com um móbil estritamente material. A Ciência Económica está hoje confrontada com a necessidade de novos paradigmas onde o homem e a vida sejam reconciliados.

Felizmente temos assistido nas últimas décadas a desenvolvimentos do domínio da Biologia e da Física que sugerem novas abordagens no seio da Economia, permitindo reconverter muitos dos seus modelos e integrar nas análises os fenómenos da biosfera onde se inscrevem os processos económicos.

De facto, já não é a procura dos elementos específicos da vida (biomoléculas, proteínas, ácidos nucleicos) que actualmente ocupa a Biologia. Afinal estes elementos não são específicos dos seres vivos e, pelo contrário, são comuns ao universo material. O que distingue a «vida» da «não — vida», e as diferentes formas de vida entre si, são as relações que se estabelecem entre esses elementos, de acordo com diferentes níveis de organização, permitindo o aparecimento de algo específico a todo o ser vivo: *a capacidade de utilizar elementos do ambiente com a finalidade de manter, desenvolver e reproduzir a sua estrutura* (VARELA).

Trata-se de uma abordagem em que a tónica repousa nas relações, nos níveis de organização e nas finalidades do todo (Sistema).

A Teoria da Informação também trouxe contributos importantes. Descobre-se o princípio da «ordem» ou da «complexidade» através do «ruído» (cibernético). A partir do trabalho de diferentes investigadores foi possível demonstrar que uma série de fenómenos aleatórios pode conduzir à aparição progressiva de uma «ordem» (fenómeno novo).

Deste modo, os sistemas auto-organizadores, reagindo às perturbações exteriores de forma aleatória, não seriam conduzidos à desorganização mas, pelo contrário, a novas formas de organização (ATLAN).

Estes resultados são também confirmados pela termodinâmica das estruturas dissipativas (PRIGOGINE e STENGERS): «a dissipação de energia e de matéria — geralmente associada à ideia de perda de rendimento e de evolução para a desordem torna-se, longe do equilíbrio, fonte de ordem; a dissipação está na origem do que poderíamos designar por novos estados da matéria».

Deste modo, uma incorporação de energia num sistema pode, em certas circunstâncias, desencadear rupturas e processos de afastamento do equilíbrio termodinâmico clássico, conduzindo a um processo de auto-organização que converge para uma nova ordem.

Em toda esta evolução científica encontramos uma nova concepção do tempo em relação à qual a Ciência Económica não tem ficado insensível, embora a sua reconversão esteja a ser lenta e polémica.

O «tempo» dos fenómenos económicos passa a ser visto como um tempo desestabilizador das grandes e pequenas unidades em confronto, agindo sobre as estruturas produtivas e os fluxos de rendimento. Um tempo onde os fenómenos aleatórios originam bifurcações, com o aparecimento de novas trajectórias antes não previstas. Por conseguinte, um tempo que nada tem a ver com o equilíbrio em mercado de concorrência pura e perfeita, com pretensões normativas.

Por analogia com a nova termodinâmica, esta concepção da Teoria Económica encara o sistema económico como uma estru-

tura dissipativa cuja actividade consiste em transformar a energia solar. Esta é aproveitada sob a forma de «fluxo», através das cadeias alimentares, e sob a forma de «stock», através dos recursos fósseis armazenados ao longo de milénios. Porém, toda esta actividade liberta sub-produtos que são lançados no exterior (biosfera). Tratando-se de um sistema aberto à biosfera, o sistema económico não poderá sobreviver independentemente desta.

Na realidade, a esfera económica terá de ser encarada como um sub-sistema de esfera das actividades humanas, ela própria incluída na biosfera. Por este motivo, a esfera económica não pode impôr os seus critérios de decisão às esferas envolventes, sob pena de graves rupturas. Este é o fundamento de uma nova concepção das relações entre economia e ambiente que se cruza com as preocupações dos Bispos norte-americanos quanto ao impacto ambiental das actividades económicas.

Neste domínio, ao encorajar novas estratégias de gestão das explorações agrícolas, compatíveis com o respeito pelas leis que regem a natureza, os Bispos revelam uma lucidez que só vem enriquecer a Doutrina Social da Igreja, fazendo-a partilhar de uma visão do Desenvolvimento integradora de novas dimensões.

Esta é a evolução convergente das ciências da natureza e das ciências humanas (com particular destaque para a Economia) que constitui para nós um pano de fundo face ao qual a Carta Pastoral dos Bispos norte-americanos ganha uma outra dimensão. Ela evidencia uma atitude corajosa e inconformista, ao mesmo tempo que se posiciona com uma lucidez notável face às reflexões que atravessam o mundo científico contemporâneo.

Por outro lado, temos presente que as propostas de experimentação social por eles formuladas são o produto da reflexão de uma igreja minoritária nos EUA. Isto não significa que as suas posições tenham menor impacto na sociedade norte-americana. Convirá lembrar que, em momentos de crise (momentos críticos), o papel desempenhado por minorias pode revelar-se decisivo no desencadear de uma viragem.

Esta apreciação é também válida para as propostas que os Bispos fazem quanto à coordenação da política económica e a necessidade de um maior envolvimento dos cidadãos. Chamando a atenção para as ineficácias da intervenção pública nos EUA, apelam a uma maior participação dos cidadãos na formulação

das políticas, no quadro de um planeamento participado por toda a sociedade.

É certo que um apelo ao relançamento dos processos de planeamento pode parecer algo distante da realidade norte-americana e totalmente contra a corrente da política económica dominante na última década («reaganomics»).

A crise económica em que mergulhou a economia mundial após o choque petrolífero do início dos anos setenta foi factor de crise das concepções dominantes em matéria de intervenção do Estado e, consequentemente, factor de decadência dos modelos de planeamento em vigor na época.

De facto, a crescente instabilidade da conjuntura internacional, reforçada por uma progressiva ruptura nos mecanismos tradicionais de concertação social, introduziu factores de incerteza no planeamento a médio/longo prazo que o tornaram cada vez menos credível.

Face a esta evolução, não faltam economistas que atribuam aos déficits públicos, à rigidez do mercado do trabalho ou ao excesso de regulamentações administrativas a persistência (mesmo a origem) da presente crise. Outros, porém, criticam a insuficiente intervenção do Estado e admitem que só uma programação pública central permitirá ultrapassá-la.

O nosso ponto de vista não se situa em qualquer destas correntes e aponta noutra direcção. Admitimos, juntamente com outros autores (BOYER), que não bastará intensificar a intervenção estatal tradicional para resolver os problemas de um sistema económico em profunda crise. Admitimos ser necessário formular novos objectivos — e recorrer a novos instrumentos — porque a tarefa com que os defrontamos actualmente é a da construção de novas formas de organização social.

Neste contexto, valerá a pena pensar a «reabilitação» do planeamento como um sistema de pilotagem da economia nacional segundo novos moldes.

No quadro de uma economia industrializada esta orientação pretende valorizar a dimensão territorial da vida humana, encarrando o sistema-nação como uma articulação de sub-sistemas (regionais, locais).

Admitindo que qualquer sistema prossegue finalidades próprias, e que uma lógica de autonomia-hierarquia comanda as rela-

ções entre o sistema e os sub-sistemas que o integram, então não podemos deixar de admitir que a sobrevivência do todo e das partes passará por um processo de «planeamento a vários níveis», ou «planeamento descentralizado».

Este modelo pretende-se alternativo aos modelos de planeamento tradicionais e aponta para uma partilha de funções entre os vários níveis hierárquicos (central, regional e local).

Mais importante que a elaboração de um plano-documento, seria então o processo de mobilização dos diferentes actores sociais, numa época em que é urgente encontrar novas formas de regulação social.

Quanto às questões do desenvolvimento dos países pobres, uma análise moderna não aceita o dilema tradicional em que por vezes se pretende encerrar o debate.

A opção que se lhes coloca não é a de uma inserção «sem condições» na economia mundial, e consequente aprofundamento da sua dependência, ou o pretenso desenvolvimento «auto-centrado», minimizando as relações com o exterior. Estes dois modelos, ignoram que a situação concreta de cada país é um complexo resultado de factores internos e externos. Uma estratégia de desenvolvimento passa por uma intervenção nos dois planos, combinando uma acção no âmbito das relações com o exterior com uma outra no plano da regulação social interna. Nesta perspectiva, não são viáveis soluções importadas, mas apenas estratégias «nacionais» de desenvolvimento que fazem apelo a uma grande mobilização de todos os recursos.

Neste contexto, a Carta Pastoral dos Bispos norte-americanos revela uma maturidade exemplar ao defender novas formas de coordenação da política macroeconómica e novos espaços de intervenção dos cidadãos a um nível regional ou local. Naturalmente não pretendem fazer a defesa de um modelo concreto de organização do Estado e da sociedade. Ao concretizarem no seu documento numerosas formas de inovação social, os Bispos pretendem acima de tudo juntar a sua reflexão à daqueles que, mesmo sem Fé, se esforçam por encontrar, no terreno da Política Económica, novos caminhos de dignificação do Homem todo e de todos os Homens.

ATLAN, H., *Entre le cristal et la fumée: essai sur l'organisation du vivant*, Paris, Seuil, 1979.

BOYER, R., *Crise de la planification ou/et planification comme support d'une sortie de crise?*, CEPREMAP, 1984.

PASSET, R., *L'économique et le vivant*, Paris, Payot, 1979.

PRIGOGINE, I. — I. STENGERS, *La nouvelle alliance*, Gallimard, 1979.

VARELA, F., *Principles of Biological Autonomy*, North Holland, 1979.

JORGE BATEIRA

Assistente na Faculdade de Economia do Porto

D.E.A. em «Economie du Développement» — Univ. Bordéus